

espaços públicos. E informa que a sua equipe mede mensalmente os impactos da programação de todos os equipamentos culturais para que diante dos resultados possam planejar melhor.

A conselheira Stephanie Andreas pergunta se o suplente pode contribuir, apesar de não ter direito a voto, acompanhando os trabalhos dos titulares e do conselho, tendo recebido como resposta que os suplentes podem e devem participar das atividades.

E para finalizar a secretária Nilcemar Nogueira convidou para fazer uso da palavra o vice-presidente eleito Álvaro Maciel que fez a sua saudação se comprometendo em apoiar a todos no que for preciso.

GESTÃO 2018-2020 - ATA DE REUNIÃO 02/2018

Data: 09/08/2018 - Horário de Início: 16h30min - Horário de Término: 19h30min

Local: Centro de Artes Calouste Gulbenkian

Participantes:

Da bancada do poder público: Eduardo Nascimento, da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, Léo Feijó, da Secretaria de Estado de Cultura - SEC, Marco Aurélio Marcondes, presidente da Rio Filme, Vera Lúcia Manga da Silva, do Ministério da Cultura - MinC, todos titulares; Washington Santos, Secretária Municipal da Casa Civil - SMCV, Simone Crispim da Silva Moraes, do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH e Rafaela Furtado Rocha, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, todos suplentes e ainda a suplente Dulce Janotti Nogueira, também da Rio Filme e sem direito a voto em função da presença do titular.

Da bancada da sociedade civil, estiveram presentes os seguintes titulares: Karla Maria da Silva Costa, Álvaro Maciel, Desirree dos Reis Santos, Sarah Alonso de Lara, Júlia Franca, Ellen Cristina, Wallace Fernandes Magalhães, Luter Angelo e Carla Wendling; e os suplentes Mauro Barros com direito a voto em função da ausência do titular (Cláudio de Prado Mello), Rosa Perdígão, Fernando Mamari, Eliana Alves Cruz, Izaira Silva de França, Flávia Faria Lima e Cátia Nunes da Silva, estes sem direito a voto em função da presença dos titulares. Estiveram também presentes técnicos da Secretaria Municipal de Cultura e observadores da sociedade civil e do poder público.

A pauta enviada foi a seguinte: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. 2) Apresentação dos dados consolidados da Conferência Municipal de Cultura. 3) Avaliação do Sistema Municipal de Cultura. 4) Avaliação da revisão da Lei do ISS. 4) Informes gerais. Mas, efetivamente, em função do fator tempo e de alterações sugeridas pelos conselheiros a pauta seguida foi: 1) Informes gerais 2) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. 3) Apresentação da primeira minuta de Diretrizes do Plano Municipal de Cultura. 3) Formação de comissões técnicas.

A reunião se iniciou com o vice-presidente Álvaro Maciel assumindo a mesa, em função da presidente, secretária municipal de cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, estar em uma agenda com o prefeito Sr. Marcelo Crivella. Maciel abre os trabalhos ressaltando a importância da diversidade e representatividade do atual Conselho Municipal de Cultura - CMC. Em seguida, anunciou as pautas a serem discutidas, sugerindo que o grupo começasse pelos informes gerais. Flavio Aniceto, colaborador da SMC observa que fazer os informes no final da reunião era prática do antigo colegiado, mas que poderia ser revisto. E dessa forma, fez-se a inversão e inicia-se tendo os informes como primeiro ponto de pauta.

Dessa forma, a conselheira Desirree dos Reis relata que na reunião anterior percebeu a formação de "chapas" ou grupos dentro do colegiado. Ela pontua que considera esta prática danosa para a diversidade do CMC, sugerindo que o grupo trabalhe com unidade em todos os momentos. Julia Franca responde dizendo que em qualquer grupo, afinidades surgem ou já existem, e que as pessoas se juntarem em função disso é natural e não prejudica os trabalhos.

Em seguida, a conselheira Sarah Alonso pede a palavra para solicitar que o local das reuniões seja debatido novamente, tendo em vista que na reunião anterior esta pauta foi discutida rapidamente. E que seria interessante fazer pelo menos duas reuniões, uma na Zona Norte e outra na Oeste até o final do ano. João Pedro Martins, Chefe de Gabinete da SMC, explica que no momento, a urgência é o encaminhamento do Sistema Municipal de Cultura e que restam apenas quatro reuniões este ano e que realizar as reuniões temporariamente na Região Central foi uma sugestão da secretária Nilcemar Nogueira para dar celeridade ao processo, e sugere que voltem a esta questão no final da reunião, todos concordam e a pauta segue com os informes.

A conselheira Carla Wendling sugere iniciar os informes pela Audiência Pública sobre o Cais do Valongo, que ocorreu no dia anterior no Ministério Público Federal - MPF e todos concordam. A conselheira Desirree dos Reis faz um panorama geral sobre o assunto, observa que o Ministro da Cultura, Sr. Sérgio Sá Leitão, não permaneceu até o final da discussão e informa ainda que a ONG Ação da Cidadania, atual ocupante do prédio Armazém Docas Pedro II, levou um grupo grande de pessoas para a audiência, que chegaram às 9h, recebendo lanche e transporte. E que pelo foi apresentado na audiência, a Fundação Cultural Palmares - FCP/MinC e o próprio MinC ignoraram todo o trabalho que foi realizado com vistas a implantação do Museu da Escravidão e da Liberdade - MEL. O conselheiro Eduardo Nascimento complementa fazendo um resumo dos resultados da audiência e das cobranças feitas por parte dos procuradores federais presentes. Álvaro Maciel passa a palavra, a pedido, para a conselheira Vera Manga, representante do MinC no CMC, que pediu para esclarecer o processo do ponto de vista do órgão. Ela explica que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/MinC é o responsável pelo registro do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial

e que a União das Nações Unidas pela Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO apresentou uma série de requisitos e exigências que devem ser cumpridos, tais como a nomeação de um comitê responsável pela salvaguarda do sítio histórico e a instalação de placas informativas no local. Vera Manga afirma ainda que no dossiê de candidatura do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial encaminhado à UNESCO, o prédio em questão estava reservado para ser o Centro Arqueológico e o Centro de Referência, e menciona ainda os planos do MinC de levar também para o local o Museu do Folclore, já que o espaço é muito grande. Vera Manga declara que não vai opinar sobre decisão do Ministro de colocar a Fundação Palmares a frente do projeto. O conselheiro Marco Aurélio Marcondes questiona se houve licitação para a escolha da instituição gestora. Vera Manga explica que o prédio é do MinC e que o mesmo vai providenciar um termo de cessão de uso do local para a Fundação Palmares que é uma das suas instituições vinculadas. E finalizando ela fala também da necessidade da ONG Ação da Cidadania desocupar o prédio, pois entende que as atividades no local são destoantes do sítio histórico. Ela explica que a Fundação Palmares é o órgão do MinC que vai cuidar dessa questão perante a UNESCO e afirma que o MEL é importante, mas a audiência foi sobre as exigências que os órgãos públicos precisam cumprir para a manutenção do Cais do Valongo como Patrimônio Mundial. Após a fala dela, passou-se para o outro informe.

O conselheiro Luter Fortunato faz um relato de um agente cultural da Zona Oeste que realiza uma atividade voluntária em uma escola municipal e que foi impedido de continuar, pois o diretor informou que prefeito Sr. Marcelo Crivella proibiu esta atividade. O conselheiro Washington Santos, da SMCV, pediu a palavra e se comprometeu a procurar informações sobre o assunto e consultará a Secretária Municipal de Educação - SMC para esclarecer ao CMC o que aconteceu de fato.

O conselheiro Eduardo Nascimento fala sobre a Audiência Pública articulada pelo Polo Criativo da Zona Oeste que aconteceria em 08/08, relatando que a reunião foi cancelada pela Comissão de Cultura da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro - ALERJ no dia que iria acontecer em função de problemas de segurança pública acontecidos em Santa Cruz (local da audiência). E fala que soube posteriormente que, mesmo cancelada, houve uma atividade no dia. A conselheira Sarah Alonso explica que o que houve foi um encontro preparatório, apenas para os membros do Polo.

Inicia-se o segundo ponto, a conselheira Júlia Franca faz a leitura da ata da reunião anterior e os conselheiros fazem observações pontuais e aprovam o documento por unanimidade.

Passa-se então ao terceiro ponto, Flavio Aniceto faz uma apresentação das diretrizes do Plano Municipal de Cultura - PMC, e adianta que a proposta seguiu o modelo da SEC, procurando elaborar um documento enxuto, objetivo e executável e que o trabalho foi de sintetizar as propostas surgidas nas pré-conferências territoriais e na III Conferência Municipal de Cultura. Diz ainda que as propostas foram agrupadas, pois muitos segmentos apresentaram demandas similares como a criação de Centros de Referência, por exemplo. Explica que o documento é dividido em 5 eixos, 11 diretrizes e 47 estratégias. Ao longo da leitura do documento os conselheiros fizeram observações pontuais que foram modificadas na hora e levantando outras questões, tais como: Item 2.2.1.4 - a conselheira Ellen Cristina solicitou que fosse revisto, pois os termos utilizados estavam redundantes; item 2.3.1.2 - a conselheira Sarah Alonso solicitou que adicionasse a palavra "mediar" e o conselheiro Luter Angelo solicitou a inclusão de "setor privado"; item 2.3.2.3 - o conselheiro Marco Aurélio Marcondes solicitou a inclusão do audiovisual; item 2.4.2.1 - o conselheiro Eduardo Nascimento sugeriu incluir o termo "infraestrutura cultural" e Cátia Nunes solicitou a inclusão do samba; item 2.4.2.2 - Eduardo Nascimento e Washington sugerem a inclusão de "meios de viabilidade e sustentação de manifestações culturais".

Ao final da leitura João Pedro Martins ressaltou a importância da palestra de Cleise Campos, da SEC, na reunião anterior e orienta aos conselheiros que como "dever de casa" façam a leitura do Plano Estadual de Cultura distribuído naquela ocasião. Ele explica que o desafio, hoje, é criar um PMC como um "guarda-chuva" que contemple a todos os segmentos e evitando-se perder tempo em questões exaustivas, pois o diálogo para aprovação da lei será extenso e o tempo curto para que seja aprovado ainda este ano e vigore a partir de 2019.

O conselheiro Washington Santos sugere a transversalidade de orçamento ao tratar das questões de patrimônio cultural, realizando parcerias com instâncias do segmento, como o IRPH. Sobre esse mesmo item, o conselheiro Eduardo Nascimento observa que entre os órgãos de patrimônio, inclusive no âmbito do IRPH, a discussão fica em grande parte voltada para o patrimônio cultural material, com grande foco nos monumentos e prédios e o patrimônio cultural imaterial fica em segundo plano. E sugere que no debate sobre o Sistema Municipal de Cultura se pautasse em algumas das seguintes medidas: criação de órgão para o patrimônio cultural no âmbito da SMC e de mecanismos legislativos e de financiamento para o setor.

O conselheiro Marco Aurélio Marcondes comenta que todos os planos passam por essa questão do financiamento, pois o orçamento é finito. Ele ressaltou a importância de perceber que historicamente a cultura sempre foi pensada em último plano e, portanto, deve-se lutar continuamente por mais recursos.

Ao final a conselheira Carla Wendling e outros conselheiros pontuaram que o documento apresentado deveria ser enviado para lerem e apreciarem com mais tempo. E Flavio Aniceto disse que sim, era uma primeira apresentação, que eles receberiam, mas que era preciso celeridade na apreciação pelo CMC. Os conselheiros solicitaram que

o documento do Plano, após os ajustes apresentados na reunião, seja enviado até o próximo dia 13/08, para que os membros possam avaliar e discutir as sugestões em reunião interna da sociedade civil no dia 21/08 e dando a devolutiva para a SMC no dia 24/08.

Encerrada a discussão sobre o PMC, Álvaro Maciel encaminha a discussão sobre a criação de outras comissões técnicas, conforme proposta dos conselheiros da sociedade civil em reunião que fizeram, as quais consideram úteis para a garantia de políticas públicas inclusivas. Maciel lembra que na reunião anterior haviam sido formadas duas comissões: a da Lei 10.639 e de ações afirmativas e a de Patrimônio Cultural e sugere, além da criação de outras, o acréscimo de membros nas já criadas. Dessa forma definiu-se: 1) quanto a Comissão da Lei 10.639: Luter Angelo, coordenador, como anteriormente definido e inclusão dos conselheiros Eliana Cruz e Washington Santos e ainda de um dos representantes da SME no CMC; Comissão de Patrimônio: Claudio de Prado e Desirree dos Reis, como já definido, e incluir representante do IRPH. E quanto as novas comissões, ponderou-se que seria melhor criar apenas uma, esperando os trabalhos das atuais se concluírem. Dessa forma, formou-se a Comissão de Orçamento com a participação dos conselheiros Sarah Alonso, Ellen Cristina, Julia Franca, Andreia Chiesorin, Marco Aurélio Marcondes e Wallace Magalhães.

O conselheiro Marco Aurélio Marcondes pede a palavra e lembra que colocou a Rio Filme a disposição na reunião anterior, e pede que se consulte a área jurídica da SMC sobre a possibilidade de os conselheiros participarem de editais e projetos de outros órgãos culturais.

A conselheira Sarah Alonso volta à questão de as reuniões serem realizadas em outras áreas da cidade. João Pedro Martins, Chefe de Gabinete da SMC, propõe que questão seja debatida entre os conselheiros e que um novo calendário poderá ser apresentado na próxima reunião. Todos concordam por aclamação. A reunião é finalizada.

GESTÃO 2018-2020 - ATA DE REUNIÃO 03/2018

Data: 12/09/2018 - Horário de Início: 16h30min - Horário de Término: 21h

Local: Secretaria Municipal de Cultura - sala 235

Participantes:

Da bancada do poder público: Nilcemar Nogueira - Secretária Municipal de Cultura e presidente do Conselho Municipal de Cultura, Eduardo Nascimento, da Secretaria Municipal de Cultura - SMC, Léo Feijó, da Secretaria de Estado de Cultura - SEC, Marco Aurélio Marcondes, presidente da Rio Filme, Juliana Jabor - do Instituto Rio Patrimônio da Humanidade - IRPH, todos titulares; Washington Santos, Secretária Municipal da Casa Civil - SMCV - suplente com direito a voto em função da ausência do titular.

Da bancada da sociedade civil, estiveram presentes os seguintes titulares: Karla Maria da Silva Costa, Álvaro Maciel, Sarah Alonso de Lara, Júlia Franca, Ellen Cristina, Luter Fortunato, Carla Wendling, Kátia Pires Chagas, Elizabeth Manja e Cláudio de Prado Mello; e os suplentes Eliana Alves Cruz e Flávia Faria Lima, ambas com direito a voto em função da ausência dos titulares e ainda Andrea Chiesorin, Rogério Andreoli, Rosa Perdígão e Paloma de Oliveira Garcia Goulart, estes sem direito a voto em função da presença dos titulares. Estiveram também presentes os colaboradores João Pedro Martins e Flavio Aniceto, da Secretaria Municipal de Cultura, Diego Dantas, do Centro Coreográfico, Eduardo Marques, da Rio Filme e Rosane Campello, do Fórum Permanente de Dança.

Pauta da reunião: 1) Leitura e aprovação da ata da reunião anterior; 2) Plano de trabalho para as comissões técnicas definidas; 3) Plano Municipal de Cultura; 4) Nova composição do Conselho Municipal de Cultura com vistas à minuta de Lei do Sistema Municipal de Cultura e 5) Informes gerais.

A reunião se iniciou com a coordenação da secretária municipal de Cultura, Sra. Nilcemar Nogueira, presidente do Conselho, que perguntou se todos tinham recebido e lido a ata, se tinham alguma objeção ou correção a fazer e, caso não tivessem, consultou se o documento poderia ser aprovado sem necessidade de leitura. A conselheira Sarah Alonso disse que tinha uma objeção, em relação ao assunto da circulação das reuniões do Conselho nas áreas de planejamento. Foi respondido que a ata apenas reproduziu a discussão anterior, e que esse assunto poderia ser tratado no final da reunião. Após esse breve questionamento a ata foi aprovada por unanimidade. A secretária, Sra. Nilcemar Nogueira falou na sequência sobre a inversão da pauta, aprovada na reunião anterior, a qual definiu que os informes gerais serem apresentados no início da reunião, disse que acha ruim, pois alguns temas que não são prioritários passam na frente de outros que são urgentes e que o melhor seria começar pela pauta principal e deixar os assuntos complementares no final, como era feito antes. E lembrou ainda que é preciso notificar os conselheiros do poder público que não estão participando, e solicitar aos órgãos novas indicações, conforme o regimento interno do Conselho prevê.

Na sequência passou-se para o 2º item da pauta. O conselheiro Luter Fortunato falou sobre como ficou constituída a Comissão relativa à Lei 10.639/03 e as Ações Afirmativas, conforme a reunião anterior, a qual definiu a estrutura, a composição e a temporalidade da mesma e que ele e a conselheira Eliana Alves Cruz se reuniram no último dia 11/09 para propor o plano de trabalho, ficando esta como presidente e ele como secretário. A secretária Sra. Nilcemar Nogueira, falou sobre a importância da identificação das referências culturais da cidade, e então a partir disso, trabalhar em cima da história afro-brasileira, indicando a possibilidade de incluir na Comissão, a Subsecretaria de Identidade Cultural - SUBIC que tem uma interface com a área de Educação. Seguiu a sua fala dando a sugestão para que todas as comissões tenham uma definição sobre qual é o objetivo